

DE DENDÊ E PIMENTA, DA SUBSISTÊNCIA AO COMÉRCIO: CAMINHOS DO TRABALHO DE IMIGRANTES JAPONESES NO BAIXO-SUL DA BAHIA

Elivaldo Souza de Jesus¹

INTRODUÇÃO

Em 21 de outubro de 1953 circulava na Bahia a notícia do desembarque de trinta e nove famílias, contando com trezentos e quarenta pessoas, no Porto de Ilhéus, ao sul do Estado. Haviam elas partido, a bordo do navio Poconé, do Rio de Janeiro, onde se encontravam, há quarenta e cinco dias, alojadas na Hospedaria da Ilha das Flores. Seu destino, ao menos inicial, era o Núcleo Colonial de Una, para onde foram conduzidas em caminhões pau-de-arara. O transporte *se fez dentro da maior ordem, sendo utilizados 22 caminhões que se tornaram necessários para a condução dos imigrantes [...] de todas as idades e suas bagagens calculadas em cerca de mil toneladas.*²

Já instaladas no Núcleo, em residências com mobiliário e iluminação elétrica, as famílias receberam alimentação: feijão, arroz, picadinho de carne, galinhas e verduras. Dizia a gazeta que nenhum deles estranhou, tendo até alguns repetido o feijão. No dia seguinte, receberam auxílio em dinheiro para o período inicial dos trabalhos. Visitando o Núcleo logo no primeiro domingo que os imigrantes ali passavam, o correspondente do noticiário assim descreveu suas impressões do que via:

A maioria das moças e crianças em período escolar ostentavam as suas vestes coloridas emprestando ao ambiente um tom alegre. São risonhas, comunicativas e simpáticas. Uma das jovens, de olhar brejeiro e dotada de lindo palminho de rosto, passou a ser chamada de princesa. Os rapazes, que vimos em grande numero, são todos atléticos, parecendo alegres com a nova condição de vida que vão passar a ter, longe da pátria. No momento da nossa

¹ Doutor em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura/UFBA); Mestre em História Social (PPGH/UFBA); Professor de História do Instituto Federal Baiano – *Campus* Santa Inês.

² BPEBa, *Jornal A Tarde*, 21 de outubro de 1953. p. 2.

visita, tranquilamente praticavam o “base-ball”, o esporte de sua preferência.³

Esperava o administrador do Núcleo, o então agrônomo Fernando Freire, funcionário da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, que aqueles homens e mulheres se comportassem bem, *proporcionando o rendimento de trabalho de que são capazes*. A despeito de sua capacidade laboral, dizia-se também do entusiasmo do engenheiro Renato Gonçalves Martins, responsável pela vinda desses imigrantes para a Bahia, o qual cognominou cada um deles como *verdadeiro trator humano*.

Contava ainda a notícia, do nascimento, logo na chegada ao Núcleo de Una, da primeira brasileira concebida em terras alhures e nascida no lugar de destino, que recebera do Dr. Acir Fuchs de Almeida, responsável por trazer ao mundo, *na manhã clara de sol, sem maiores novidades, o entezinho de olhos recortados, o sugestivo nome de Unamaria*.

Assim, a manchete jornalésca anunciava o fato “novidoso”: a entrada de imigrantes japoneses no sul da Bahia. Ilustrada por uma fotografia em que alguns imigrantes, sobretudo mulheres, aparecem em trajes típicos, a notícia forjava em sua narrativa pedagógica, eivada pelo desejo de persuasão que lhe é próprio, a imagem romanceada do que seria o início da imigração japonesa na Bahia. Ao chamar atenção para a ordem com que foram transportados, a falta de estranhamento com a comida servida, a ostentação das vestes coloridas, a alegria expressa na condição de sujeitos diaspóricos⁴, o desejo nacional pelo bom

³ BPEBa, *Jornal A Tarde*, 21 de outubro de 1953. p. 2.

⁴ Stuart Hall discute as controvérsias intrínsecas aos conceitos e debates sobre a diáspora, sobre a questão multicultural e o pós-colonialismo, conduzindo a uma compreensão da identidade afro-caribenha como resultado do imbricamento entre os elementos culturais africanos, asiáticos e europeus. Também afirma que em meio às forças da globalização, da diversidade e da hibridização, a alternativa que fica às culturas emergentes não pode ser a do *apego a modelos fechados, unitários e homogêneos de “pertencimento cultural”*. Ao contrário, essas culturas devem *abarcas os processos mais amplos — o jogo da semelhança e da diferença — que estão transformando a cultura no mundo inteiro*. Ver: HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, 2003. p. 46-47. Cláudio Roberto Vieira Braga traça um panorama do debate sobre a ocorrência ou não de uma diáspora japonesa e mostra que estudiosos como o historiador Roger Daniels e os antropólogos James Stanlaw e Nobuko Adashi *não hesitam em categorizar a mobilidade japonesa pelo mundo como diáspora, tendo pesquisado e publicado sobre as origens do fenômeno*. Ver: BRAGA, C. R. V. “A diáspora na obra de Karen Tei Yamashita: Estado-nação, sujeito e espaços literários diaspóricos.” Tese de Doutorado.

comportamento e rendimento no trabalho, o articulista causava ao seu leitor mais apressado, a impressão de que o Núcleo Colonial de Una encontrava-se no caminho certo para tornar-se um projeto bem sucedido.

Por um lado, o governo brasileiro cedia terras, consideradas produtivas, àquelas famílias e disponibilizava-lhes casas já com certa estrutura, além de financiar os custos dos primeiros investimentos. Por outro lado, as famílias deveriam oferecer-lhe na barganha, o rendimento esperado trabalhando como *tratores humanos*, agindo em favor da ordem, deixando-se assimilar pela cultura local, desenraizando-se, à medida que venciam sua *tradicional frieza*⁵.

Como bem indagou Cláudio Elmir (1995, p. 21), *quem já não pensou em retirar das páginas de um periódico os elementos necessários para reconstituir um momento da história?* Fosse nosso intento tomar a experiência⁶ migratória desses sujeitos numa perspectiva reducionista, servir-nos-ia, de bom grado, a narrativa romaneada que nos pôs diante de imagens como a *bela filha do sol nascente*, ou ainda como *rapazes atléticos, parecendo alegres com a nova condição de vida*.

Aqui escolhemos outro caminho. Não que a notícia em questão não nos ajude a trilhá-lo. Muito pelo contrário. Como documento, ela desnuda questões de nosso interesse e a sua maneira nos apresenta os sujeitos que são o objeto de nosso estudo: homens, mulheres e crianças que partiram do Japão para a Bahia, fazendo-se imigrantes num estado brasileiro de pouca expressividade em políticas migratórias internacionais, se comparado a outros como São Paulo e a região sul do país. Vieram de diversas províncias, a saber: Hokkaido, Fukushima, Shiga, Kumamoto, Miyagi, Yamaguchi, Kukushima. Chegaram a Una em 1953 e ali nem todos permaneceram.

PPGL. UFMG. 2010. p. 28. São essas análises e inferências que nos permitem a opção pelo termo “diaspórico” para falar dos imigrantes japoneses.

⁵ BPEBa, *Jornal A Tarde*, 21 de outubro de 1953. p. 2.

⁶ Utilizamos o termo “experiência” no sentido acionado por E.P.Thompson. Para o autor, a experiência é o elemento estruturador da vida e da consciência social que se realiza e se expressa, por exemplo, nos sistemas de parentesco e costumes. Ver: THOMPSON, E. P. “O Termo Ausente: Experiência.” In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: 1981, p. 189.



Quase três meses após a chegada, contrariando a ordem aclamada pelo articulista da notícia da qual nos valemos anteriormente, quinze famílias abandonaram o Núcleo, em razão de seus lotes não serem tão agricultáveis quanto lhes haviam dito. O fato é que, dessas quinze famílias, dez foram remanejadas para o Núcleo Colonial de Ituberá, na região do Baixo-Sul da Bahia.

Ituberá é um município da Bahia localizado na microrregião hoje conhecida como Baixo-Sul.⁷ Corresponde a uma região antes habitada pelos índios aimorés, tendo nascido a partir de uma aldeia indígena, onde no século XVIII, padres jesuítas construíram a Igreja de Santo André. Mais tarde, o estabelecimento de colonos portugueses ligados ao cultivo do cacau e do café, originou o povoado de Santarém, contando com um porto fluvial. Com a entrada de bandeiras ao sul do estado, toda mercadoria embarcada em Salvador e remetida aos desbravadores, era encaminhada ao porto de Santarém. Esse fato teria, então, incrementado o desenvolvimento da localidade. Santarém passou de povoado a vila, através de Ordem Régia de 27/12/1798 e foi elevada de vila à cidade, pela Lei Estadual nº 759, de 14/08/1909. Em 1943, teve seu topônimo mudado para Serinhaém e, por fim, para Ituberá, em 1944.⁸

À época da criação do Núcleo Colonial, formalmente registrado como Projeto Integrado de Colonização – PIC Ituberá, o município buscava reaver sua importância dentro do Baixo-Sul baiano, perdida nos idos de 1942 com a construção da rodovia BA-02, que enfraquecera o movimento no porto de Santarém. Foi nesse contexto que foram assentadas as primeiras dez famílias nipônicas no Núcleo Colonial, hoje chamado apenas de Colônia, seguidas por outras chegadas em 1957 e na década de 1970.

E é sobre a presença nipônica nesse canto da Bahia que nos debruçamos, desnudando a experiência migratória num contexto bastante dissonante daquele vivenciado pelos japoneses no Brasil da

⁷ Localizada no sudoeste da Bahia, a microrregião do Baixo-Sul abrange uma área de 7.168,10 km² e é formada por 14 municípios: Gandu, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Aratuípe, Cairu, Camamu, Grapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães. A população total do território é de 333.624 habitantes, dos quais 151.614 vivem na área rural, o que corresponde a 45,04% do total. Ver: <http://sit.mda.gov.br>.

⁸ <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/itubera.pdf>. Acesso em 12/03/2014.

primeira metade do século XX e lançando luz sobre as experiências desses imigrantes, a fim de evidenciar como eles transitaram entre a cultura de subsistência, imposta pelo processo de assentamento em um núcleo rural de colonização, e a necessidade de desenvolvimento de práticas agrícolas capazes de fomentar sua consolidação econômica no novo lugar. Percorrendo suas memórias, sobretudo através da oralidade e dos registros fotográficos acionados de suas caixas do passado, problematizamos como homens e mulheres passaram a sedimentar suas vivências entre os espaços da lavoura e da casa, sob uma rígida ética do trabalho na roça e imersos em um processo de reconfiguração identitária pautado sobre saberes e fazeres da cultura nipônica e sobre o desejo de prosperar nas terras da Bahia.

Assim, buscamos aclarar o fenômeno migratório privilegiando a memória dos sujeitos, entendendo-lhes como protagonistas ativos que têm o direito à mobilidade, à (re)invenção de suas tradições (HOBSBAWM, E. RANGER, 1997), que se envolvem nas *tentativas de encontrar ou criar novos grupos com os quais se vivencie o pertencimento* e que possam facilitar os processos de reconfiguração das identidades (BAUMAN, 2005, p. 30-31). Tecemos aqui as trajetórias e as experiências de vida, elucidando como seus códigos de cultura ligados, sobretudo, ao trabalho e à disciplina, são acionados no intuito do estabelecimento da pertença a um Japão “tradicional”.

TERRA, TRABALHO E CULTURA: TECENDO O *MODUS VIVENDI*

Torao Kuratani e Seiji Yogo posam, na Figura 01, diante da vigorosa plantação de pimenta-do-reino. A imagem flagra um desejo de registrar o sucesso de uma empreitada e põe-nos diante do lugar em que mais se empenharam estes japoneses: a roça em que trabalhavam. Esse é apenas um entre tantos outros registros fotográficos produzidos pelos imigrantes tomando o trabalho como foco. Como é comum a imagens dessa categoria, *patrões ou empregados posam geralmente com os atributos materiais e instrumentos que explicitam sua atividade* (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 484-5). Traz-nos, portanto, elementos de seu labor, que vão das culturas experimentadas às ferramentas desenvolvidas para enfrentar a lida diária. E sugere-nos refletir, certos de que a fotografia não é uma mimese (DUBOIS, 1993), sobre o que se esconde para além do carreiro de pimenteiras-do-reino: a atitude deliberada de registrar o cenário do trabalho mostra-se como estratégia de autoconsagração, auxiliando na construção de uma imagem heroica

daqueles que se deram *bem na vida graças ao seu esforço, dedicação e racionalidade* (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 485).



Figura 01: Plantação de pimenta-do-reino. Ituberá.s/d.
(Fonte: Fotografia gentilmente cedida por Yoshimassa Kuratani)

Tal qual a fotografia, a memória de Teruko Nischiuchi nos conduz ao mesmo ponto. Na medida em que rememora, estampa em cada palavra ou silêncio que, à frente do desejo de melhorar de vida, erguia-se uma barreira quase saibrosa, na qual língua, costumes e condições de trabalho sobrepunham-se como pedras e punham à prova o intento de cada imigrante. E suas lembranças põem-nos diante dessas pedras:

Quando entramos aqui, tava mato puro, não tinha casa não! Não tinha casa, tinha o barracão ali em cima, agora tem casa, não tinha água, ali no canto tinha um barracão. Quando a gente entrou ainda não tinha telha, tava meio aberto. Foi nesse lugar que minha família entrou. Não

tem casa, não tem carro, não tem nada. Rapaz,
eu chorei, viu? Chorei. Verdade.⁹

De tal modo, o que Teruko nos narra é ilustrativo das condições de vida e trabalho a que foram submetidas ao menos as primeiras famílias que chegaram ao Núcleo Colonial, ainda em 1954. O intento da imigração era o trabalho agrícola ao qual muitos dos japoneses não tinham nenhuma ligação quando ainda viviam no Japão. No entanto, lançaram-se à labuta diária do cultivo desenvolvendo culturas diversas.

Teruko e seu esposo, Goro Nischiuchi, chegaram a Ituberá em 1954. Nos seus depoimentos, a Colônia era o ir e vir de seus iguais pelos caminhos da roça, que ligavam a casa à lavoura, a sede ao entorno; era a luta cotidiana que se estendia dos fazeres domésticos à lida na lavoura; era o dia passado em cultivo e a noite vivida à mercê dos medos insurgentes, à luz de candeeiro e fadiga. Assim, a Colônia representava trabalho, embora aquele universo também ancorasse um mundo afetivo: o Japão, vivido aqui em práticas que os enlaçavam à pertença nipônica. A Bahia era a oportunidade. Vieram impelidos pelas razões já discutidas e ali se dedicaram a plantar hortaliças, verduras, dendê, cravo-da-índia, pimenta-do-reino, seringueira. Caminhamos entre seus labores.

Os imigrantes chegavam à Colônia e começavam, ainda que sem experiência na lida com a roça, plantando hortaliças. Inicialmente para autossustentência e depois para abastecimento do mercado interno. À medida que se adaptavam ao novo lugar, seguiam implementando o cultivo de culturas mais promissoras, que garantiram o sustento e, em diferentes escalas, a prosperidade das famílias. Sobre esse processo, nos narra Takao Kuratani:

Tem uma história que diz que japonês é bom de agricultura. Na verdade, não é coisa boa nenhuma, é precisão mesmo. Meu pai era Oficial, chegou a ser Capitão da Marinha. Então, ele não tinha nada de agricultor, não sabia nada, mas nada mesmo. Mas a determinação é tão grande quando você sai de seu país e vai para outro, que você vai lá e faz. E foi isso que aconteceu com meu pai. O velho

⁹ Depoimento de Teruko Nischiuchi. 18/02/2013.

Takao foi pioneiro em trazer pimenta-do-reino para Ituberá. Plantou consorciado com cravo-da-índia, que foi na época do auge do cravo, né? Mas nunca foi agricultor coisa nenhuma. Foi a precisão mesmo que fez isso. Eu sei a dificuldade que ele teve de plantar verdura, porque em primeiro lugar tinha que plantar verdura, né? Porque não ia plantar bem de raiz, porque aí quanto tempo ia durar? Vai viver de quê? De quê? Verdura. Eu me lembro como hoje, plantava alface e a gente tudo era pirralho. Eu e meu irmão Yoshimassa levava, montado no jegue, no panacum, o alface pra vender na feira e ninguém comia alface naquela época, ninguém comia verdura. Brasileiro nem sabia que diabo era isso.¹⁰

Atento ao modo como representa a história de sua família, Takao arquiteta uma retrospectiva lembrando a trajetória familiar e estabelecendo, na medida em que emergem as lembranças, os espaços de convívio e as relações internas e externas neles forjadas. Suas memórias servem-nos, assim, como caminho para apreender a transmissão de determinados bens simbólicos que constituem, na sua narrativa, situações sociais e também de ordem moral. Nesse caso, notamos como a transmissão de bens simbólicos às gerações seguintes situa a família como o lugar da passagem, fazendo de cada descendente o alvo e ao mesmo tempo o veículo da preservação dos valores familiares, uma vez que muitas das lembranças de Takao são reconstruções das memórias de seus pais.

Para Halbwachs (1990), rememorar a história familiar significa transmitir uma mensagem referida, ao mesmo tempo, à memória afetiva da própria família e à memória da sociedade mais ampla, expressando a importância e a permanência do valor da instituição familiar. Assim, o grupo familiar assume grande importância como referência fundamental para a rememoração do passado, uma vez que a família pode ser tanto o objeto das recordações dos indivíduos, como o espaço em que essas recordações podem ser avivadas.

¹⁰ Depoimento de Takao Kuratani. 23/08/2014.

Vê-se, pois, como a memória assume, em determinados contextos, um caráter épico, sobretudo em se tratando de memórias familiares, como no caso de Takao. Observa-se ora a narrativa romanceada de memórias pertencentes à sua infância, o que enfatiza o caráter coletivo da mesma, ora a narrativa de uma saga de heroicos desbravadores, pioneiros. Ele destaca não apenas o papel de sua família, mas também o seu papel. Para cada pessoa, a memória se refere ao Eu, e também ao olhar que ela lança sobre si mesma. Ela não pode, pois, ser separada das crenças, do pensamento e das atitudes interiorizadas do indivíduo, que fazem parte da sua identidade e que, ao prolongar-se no tempo, pela narração, também correspondem à ideia de cultura e de tradição.

Destarte, as memórias de Takao registram evidências de uma história de vida. Nesse caso, pouco pontuada pelos silêncios e evasões peculiares do processo de rememorar. No aflorar de sua lembrança, salta à narrativa o despreparo de seu pai, comum aos demais imigrantes, para lidar com a atividade agrícola. No entanto, o reconhecimento de uma inaptidão vem acompanhado da afirmação/naturalização de uma coragem e de uma determinação nipônicas. Adiante, as Figuras 08 e 09 são sugestivas dessa postura assumida por Takao.



Figura 01: Kiyoshi Yogo e outros japoneses observando a terra, em 1955.
(Fotografia gentilmente cedida por Mitsue Yogo)



Figura 02: Torao Kuratani, à esquerda, em meio ao seu lote de terra. s/d.
(Fotografia gentilmente cedida por Yoshimassa Kuratani)

Conforme aponta Peter Burke (2004), não se deve tomar a fotografia apenas pelo seu apelo estético, isto porque elas podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria, mas historiadores não raramente ignoram essa mensagem a fim de ler as imagens nas “entrelinhas” e aprender algo que os artistas desconheciam estar ensinando. Independentemente de sua qualidade estética, qualquer imagem pode servir de evidência histórica, pois elas sempre têm alguma coisa a dizer. Nessa perspectiva, tomemos para análise os registros fotográficos acima.

Ambas as imagens capturam diferentes áreas da Colônia que ainda se encontravam em processo de desmatamento, para que fosse iniciado o cultivo. Na primeira delas, vemos Kiyoshi Yogo e Torao Kuratani, de pé, e mais dois japoneses, não identificados, agachados, observando a vastidão do terreno. Na segunda, novamente Torao Kuratani, acompanhado de outro japonês, posa entre os restos de árvores queimadas, resultado do costume indígena da coivara. Tanto em uma imagem como na outra, há uma paralisação da cena, que faz com que ambas percam o contexto temporal e abstraíam a passagem do tempo na seleção de um momento único, de um gesto fixo, o qual poderia, na realidade, desdobrar-se em diversos outros. Para Philippe Dubois (1993, p. 93):

Como se vê, o princípio de uma separação simultânea no tempo e no espaço, de uma falha irreduzível entre signo e referente é realmente fundamental. Vem sublinhar radicalmente que a fotografia, como índice, por mais vinculada fisicamente que seja, por mais próxima que esteja do objeto que ela representa e do qual ela emana, ainda assim permanece absolutamente separada dele.

Partindo dessa ideia de Dubois, consideramos que o fotógrafo pode valer-se deste princípio de separação simultânea no tempo-espaço a fim de arquitetar seu processo de criação de uma realidade ficcional, embora indiciário de uma realidade fatídica, construindo e documentando realidades com essa constante dualidade que permeia e integra a trama fotográfica, revelando duas intencionalidades em jogo na construção da imagem: a sua e a do sujeito fotografado.

As fotografias em questão são, nesse sentido, emblemáticas. Elas nos permitem pensar, na perspectiva das intencionalidades de que fala Dubois, sobre a postura corajosa dos imigrantes expressa na narrativa de Takao. De antemão, concentremo-nos na Figura 08. Importa, pois, pensarmos a questão a partir do olhar do fotógrafo, decerto japonês, que longe de banalizar o universo imagético em que se encontra inserido, flagra os homens em posição de desbravadores, num cenário que remete ao trabalho e à bravura: em meio a uma porção de mata derrubada, Yogo faz uso de seu binóculo para averiguar as condições do que lhe está mais distante; seus companheiros também concentram seus olhares no horizonte.

O ângulo da fotografia revela-nos uma possível intenção de seu autor em cristalizar um itinerário glorioso, ufanista, em que apenas homens ambiciosos, tenazes, conduzidos pelo imperativo da sobrevivência, seriam capazes de trilhar, vencendo os obstáculos impostos pela mata e pela interiorização. Homens como Yogo e Kuratani poderiam realizar essa tarefa, uma vez que eles sonharam com aquela terra e sobre elas perseguiriam o triunfo.

Já na Figura 09, a postura de Kuratani, de pé, com as duas mãos na cintura e encarando a câmera, chama-nos a atenção, uma vez que denota um desejo de que sua figura seja destacada em meio aos tocos de árvores queimadas e o chão coberto de cinzas, espaço

suficientemente inóspito para falar do quão duro teria sido o enfrentamento dessa realidade.

As poses assumidas nas fotografias denotam um exercício intencional no processo de representação, visto que nelas, tanto Torao como Kyioshi reforçam a encenação do que pode ser suas visões de si mesmo, ou ainda a visão que desejavam que os *outros* tivessem deles. O modo como posam tipifica um imigrante corajoso, destemido, desbravador, já não importando ali o sujeito, mas os adjetivos que ele carregava.

Assim, nas imagens vemos que tanto os autores das fotografias, através de sua lente, como os sujeitos fotografados, através de suas poses, auxiliam na construção de uma visão idealizada da imigração e das identidades do imigrante, focalizando uma representação positiva dos japoneses e sedimentando essa ideia no imaginário coletivo, sobretudo dos descendentes nipônicos. Segundo Hall (2006, p. 75), *somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós.)* De tal modo, podemos inferir que através das fotografias uma pretensa identidade vai sendo moldada, segundo aquilo que se almeja que o outro veja.

O próprio Takao Kuratani, cuja narrativa propiciou o levantamento dessa problemática, lança mão, em outra passagem de suas lembranças, do termo “tinhoso”, para qualificar seu grupo étnico, referindo-se ao trabalho e à dureza dos primeiros tempos na Colônia. Na oportunidade, ressaltou que os japoneses sempre foram assim: *de muito trabalho, de muita coragem*. Sua ressalva aponta para a celebração de uma ética do trabalho que marcou o campo das representações do japonês no Brasil, constituindo-se como elemento basilar da sua memória e de todos os demais depoentes. Tal ética é apropriada por cada um deles, de maneira essencialista, como inerente ao espírito japonês, podendo ser localizada num passado bastante remoto. Da fala de Massaro Kiski, depreendemos essa inferência:

Meus pais trabalharam muito, a gente também trabalhou. Quando chegamos em 1957 já tava mais fácil do que para Yogo, Nischiuchi, que veio em 53. Mas pra japonês não tem fácil. Era trabalho duro, de sol a sol. Depois fomos embora pra cidade, mas o trabalho continua,

né? Hoje tenho loja, e ainda trabalho (...). Japonês sempre foi assim, né? Parece que é tradição trabalhar assim, com disciplina, tem objetivo também, né? Meu pai contava como o pai dele trabalhava no Japão. Isso é coisa muito antiga, essa coisa de trabalhar assim.¹¹

Constrói-se, pois, uma narrativa que evidencia um espaço inabitado, uma terra a ser cultivada, onde os japoneses fariam nascer riqueza e bem-estar. No início, o mato e os animais selvagens, conforme nos narrou Teruko Nischiuchi¹²; mais adiante, as roças, as casas, a natureza domesticada, fazendo parte de seu universo simbólico, conforme nos denunciavam outras imagens. Vejamos:



Figura 3: Torao Kuratani em meio à plantação de pimenta do reino. s/d.
(Fotografia gentilmente cedida por Yoshimassa Kuratani)

¹¹ Depoimento de Massaro Kisaky. 26/08/2014.

¹² Depoimento de Teruko Nischiuchi. 18/02/2013.



Figura 4: Família Kuratani à frente de sua casa de alvenaria. s/d.
(Fotografia gentilmente cedida por Takao Kuratani)

Diante das duas últimas imagens (Figuras 10 e 11), não se deve negar que a “tinhosidade” da qual fala Takao Kuratani tenha asseverado importante avanço no projeto de colonização daquela área do Baixo-Sul, já que o capital cultural dos japoneses, os quais trouxeram consigo uma forte cultura do trabalho, pautado numa rígida disciplina, foi responsável pela introdução e pelo desenvolvimento de novos e promissores cultivos. Ambas as imagens, além de corroborar a ideia da intencionalidade em evidenciar o pioneirismo, a bravura e o sucesso, conduzem-nos a refletir sobre esse processo de crescimento econômico da família, buscando, no mundo do trabalho, o caminho percorrido para adaptação e reconfiguração de suas novas identidades, como japoneses imigrantes e como colonos já instalados, à época da captura dos retratos.

Na grande maioria das fotografias que testemunham a presença japonesa na Colônia de Ituberá, e que nos foram disponibilizadas, o universo do trabalho aparece como elemento fundamental. Foi em imagens como aquela (Figura 10) que capturou Torao Kuratani diante de sua plantação de pimenta-do-reino, imortalizando, orgulhoso, o seu feito, que vislumbramos diferentes fases da relação estabelecida entre os imigrantes e a terra. Embora nos apresente uma plantação exuberante e sua própria postura e traje, sobretudo o sapato de bico fino inadequado para o trabalho e favorável à construção de uma imagem de sucesso, indiquem que a cultura da pimenta-do-reino era promissora, sabemos que o contexto em que a fotografia foi produzida abrigava outros cultivos e outras lidas, bem como ameaças à própria cultura da pimenta. Às memórias de Takao

Kuratani, que abriram esse tópico, somam-se as dos irmãos Seiji e de Mitsue Yogo, respectivamente:

A terra nem era fértil como havia dito. Era preciso adubar. Além disso, faltava recursos financeiros e sementes de verduras. Mas era o caminho pra gente poder se alimentar e trabalhar. Então insistimos, né? Foi difícil, porque quando começamos a produzir a verdura, o pessoal não tinha o hábito de comer verdura, então dificultava o comércio. Praticamente, nós introduzimos esse hábito.¹³

O japonês gosta muito de verdura, então começou cultivando verdura, pra poder consumir. Couve, pimentão, tomate. Então o agrônomo chegou a mandar plantar café, sem pensar no clima. Mas o café não cresceu, não desenvolveu, não deu certo. E a partir dali, as famílias japonesas diziam: “como vai viver”? Porque não veio aqui pra passear (...). Então, veio o cravo da índia (...). Aí foi plantando verdura, enquanto o cravo começava a dar. Interessante que meu pai era de Marinha, mas pesquisava muita coisa. Ele tinha muita revista sobre agricultura. Encomendava de São Paulo. Aí tem mais: mais começou a dar, os pés eram altos e como ia colher? Ia ficar esperando cair? Pois, ele inventou umas escadas. Eu catei muito cravo. Era muito bonito, ver aqueles cachos de cravo cheirosos. Cantava, era muito bonito. E quando os pés cresceram demais já não dava mais, então meu pai, muito curioso, foi pesquisar, e ficou pensando como fazer o cravo amadurecer lá em cima e cair embaixo. Era preciso comprar lona então, pra forrar o chão. Pulverizava com química, usando uma vara comprida, porque de escada já não dava, e aí quatro dias depois começava a cair o cravo. Aí cai e ficava tudo bonito. Precisava de secador. Ele foi fazer o secador.¹⁴

¹³ Depoimento de Seiji Yogo. 22/07/2013.

¹⁴ Depoimento de Mitsue Yogo. 22/07/2013.

A fala de Seiji Yogo endossa, de antemão, as dificuldades que despontam na memória de muitos dos imigrantes como ponto nevrálgico do seu processo de adaptação ao novo lugar. Diferentemente do contexto e das condições a que foram submetidos aqueles que se destinaram às regiões, sobretudo, de São Paulo e Paraná, mesmo na chamada Grande Imigração, os nipônicos da Colônia de Ituberá não encontraram fazendas para trabalhar. Ao contrário, os primeiros que por lá chegaram depararam-se com uma área rural, onde se chegava através de estradas vicinais impossíveis de serem cruzadas em períodos de chuva. A área praticamente inabitada conduzia a certo isolamento, que somado às diferenças de visão de mundo, de modo de ser e de comportar-se, dificultaria a adaptação.

Mais uma vez surpreendemos o imperativo do pioneirismo presente na memória. Mitsue relata o papel de seu pai, Kiyoshi Yogo, na implantação do cravo- da-índia na Colônia, à medida que enaltece a curiosidade e a determinação que lhe conduziram a apostar naquela promissora cultura. Quando afirma não ter entendido porque o Engenheiro Agrônomo, especialista cuja função era orientá-los na escolha e no direcionamento dos cultivos, teria sugerido e incentivado o plantio do café, que não obteve nenhum êxito entre eles, na verdade pretende chamar atenção para o fato de seu pai, japonês, homem da Marinha, que nunca havia lidado com agricultura, mas curioso demais, ter encontrado o caminho certo e, por conta própria, ter optado pelo cravo.

Assim como em Takao Kuratani, sua narrativa aponta o cultivo de hortaliças como a primeira fonte de subsistência e a primeira alternativa de produção para o comércio. Surpreendemos, nesse contexto, cada família nipônica apropriando-se aqui de uma noção trazida do Japão onde, após o advento da Era Meiji, a agricultura foi gradativamente incidindo da produção de cereais como o arroz e soja, para o plantio de hortaliças, frutas e criações, no atendimento da demanda dos consumidores (SAKATA, WAKISAKA, 1992). Cultivando, sobretudo, tomate, repolho, pimentão e alface, as famílias garantiam uma proximidade com a sua culinária de origem, agregando ao peixe, embora seco, e ao arroz, também diferente daquele consumido no Japão, ingredientes que já lhes eram de comum consumo. Foi o excedente dessa produção que lhes permitiu, com o passar do tempo, construir uma rede de abastecimento que ia do comércio local, em Ituberá, até Salvador, capital do Estado.

Nascia, desse modo, a primeira efetiva oportunidade de crescimento estratégico em território brasileiro. As famílias passavam a vislumbrar a possibilidade de embrenhar-se no comércio local e regional, indo de pequenos agricultores a comerciantes e garantindo, tanto uma crescente autonomia econômica, quanto sua introdução em redes de sociabilidades que estavam para além das fronteiras da Colônia que habitavam. A imagem adiante nos instiga a pensar essa questão:



Figura 5: Torao Kuratani na feira livre de Itabuna. s/d.
(Fotografia gentilmente cedida por Yoshimassa Kuratani)

Na memória de Yoshimassa Kuratani a fotografia data do início da década de 1960, cerca de cinco anos após a chegada de sua família ao NCI. Comercializando a sua produção na feira livre do município de Itabuna, a 151 km de Ituberá, o velho¹⁵ Torao aparece, de pé, à direita, atrás de sua filha mais velha, Shizue Kuratani. Seu sorriso é indicador do orgulho de quem vem, em meio às adversidades do novo lugar, construindo uma rota de vitórias, marcada pela determinação e pela coragem, substantivos já acionados por Takao Kuratani para descrever o enfrentamento de seu pai à realidade da imigração. Cabe ressaltar que a experiência de comercializar no espaço urbano não soava como novidade, ao menos à família Kuratani, uma vez que Toshi, esposa de Torao, levada pelas dificuldades impostas pela Segunda Guerra Mundial, vendia batata assada nas ruas de Fukuoka.¹⁶

¹⁵ Aqui incorporamos à nossa narrativa a expressão “velho”, por ter sido amplamente utilizada por Yoshimassa e Takao Kuratani para falar de seu pai, Torao Kuratani.

¹⁶ Depoimento de Takao Kuratani. 23/08/2014.



A feira livre, que funcionava tanto como espaço econômico quanto espaço social, foi o primeiro ponto de deslocamento dos japoneses de Ituberá. Fosse ela em Itabuna, como retrata a Figura 12, ou em Valença, em Santo Antônio de Jesus, em Cruz das Almas, em Cachoeira ou Salvador¹⁷, ela abrigava as possibilidades de comércio das hortaliças e de interação com os brasileiros. Em meio às práticas de compra e venda, sem ceder lugar à pechincha, os japoneses punham-se diante do contato direto com o *outro*, com o nacional, em meio à intensa circulação de bens, pessoas e culturas, própria das feiras livres, entendidas aqui como espaços de trocas simbólicas (BOURDIEU, 2005).

Desse modo, passar um dia inteiro na feira dessas cidades significava alcançar um espaço de socialização que lhes punham em diálogo e/ou enfrentamento com os brasileiros, já que ele abriga um *cruzamento tanto de comércio, quanto de cultura, onde as pessoas de diferentes origens se encontram e interagem* (BURKE, 2003, p. 70). Era o espaço, por excelência, de socialização de trabalhadores não apenas vindos da zona rural, como ocorre com a grande maioria daqueles feirantes, mas vindos antes de áreas urbanas do Japão. Significava, ainda, o exercício de acionamento de seu capital cultural, fosse a fim de favorecer as vendas ou de interagir com aqueles que lhes eram diferentes. Ao rememorar a experiência da feira livre, Yoshimassa conta-nos que:

Quando já tinha aí o caminhão do Incra, o velho ia subindo por aí, entregando as verduras. Era Valença, Santo Antonio, Cruz das Almas. Ia nas feiras, né? No começo vendia pouco. Parece que o povo não tinha costume de comer verdura. Mas também parece que estranhava japonês no meio da feira [*risos*]. Meu pai contava que era muita coisa no chão, pra vender. Era galinha, laranja, essas coisas de feira. Mas era muito no chão. E a gente não colocava no chão. Era sujo, né? Então ele armava uma mesa, e arrumava tudo. Depois foi melhorando e o povo foi se chegando.¹⁸

¹⁷ Depoimento de Takao Kuratani. 23/08 2014.

¹⁸ Depoimento de Yoshimassa Kuratani. 15/04/2013.

A fala de Yoshimassa abona o que nos relata a Figura 12, apresentando o cuidado com as condições de higiene a que submetiam as hortaliças comercializadas. Nessa passagem, ele aciona, pois, um traço cultural já ligado ao seu grupo étnico desde as primeiras leva migratórias que chegaram ao Brasil. Em meio a sua narrativa, os risos vêm carregados de sentido: falam-nos do estranhamento dos demais feirantes e fregueses em relação ao japonês, sobretudo às suas feições, aos seus falares, ao seu modo sério de comerciar. Dizem respeito, assim, *ao estigma de excesso de visibilidade* (PATAI *apud* LESSER, 2008, p. 9) inerente ao nipônico ou ao nipo-brasileiro.

Tanto a fotografia como a narrativa de Yoshimassa avalizam à feira o status de lugar no qual a experiências nele forjadas colocavam os imigrantes em contato direto com a cidade, espaço ainda mais amplo onde era possível, no mesmo dia da feira, participar de uma multiplicidade de atividades nos entornos da feira. Além de vender suas hortaliças, eles frequentavam as lojas de roupas, farmácias e armazéns. Exemplo disso é o fato de, ao abrir na sua lembrança as malas e caixotes que trouxeram do Japão, Mitsue inventariar uma máquina de costura, que servira à sua mãe, para costurar as roupas de toda a família. Tratava-se, já, de uma precaução diante do incerto que marca a partida de todo imigrante. E aqui, a passagem pela feira viabilizava, pois, a aquisição dos tecidos que vestiam de crianças a adultos, denotando a continuação de uma prática trazida do Japão.

O esforço que realizaram para adquirir independência econômica, fracionadamente ilustrado na Figura 12, colocou os japoneses na condição de pequenos produtores de mercadorias e agricultores independentes. A fim de ampliar a utilização das terras, os japoneses mostravam-se constantemente interessados na introdução de novas variedades, na adoção de sistemas de intercalação de culturas, no desenvolvimento de técnicas e ferramentas para gerir a lavoura, na utilização de mais fertilizantes, nos trabalhos de defesa contra pragas, conforme destacou a fala de Mitsue ao apontar o uso de produto químico para acelerar o amadurecimento do cravo-da-índia e provocar a sua queda¹⁹, ou ainda a fala de Takao, contando-nos da experiência de seu pai, que plantou a pimenta-do-reino consorciada ao cravo.²⁰

¹⁹ Depoimento de Mitsue Yogo Xavier. 22/07/2013.

²⁰ Depoimento de Takao Kuratani. 23/08/2014.



Figura 6: Mitsue Yogo e seu pai, na colheita do cravo-da-índia. s/d.
(Fotografia gentilmente cedida por Mitsue Yogo)

A Figura 13 refere-se a uma fotografia na qual pai e filha posam para serem capturados naquilo que seria o processo de colheita do cravo-da-índia. É possível surpreender evidências de que Mitsue não está lavorando: seu vestido bem alinhado na cintura, o delicado relógio que traz ao pulso, o uso de um par de sapatilhas e, sobretudo, a ausência do *bonzô*, espécie de bolsa de tecido grosso carregada a tiracolo para colocar o cravo colhido, apontam para isso. No entanto, a sua própria postura e indumentária servem para vislumbrarmos na imagem um desejo de registrar a prosperidade, o sucesso da cultura do cravo, o resultado de como uma ética de trabalho estrangeira garantia a solução para o avanço da família e da Colônia.

Cabe, no entanto, tomarmos a Figura 13 também em seu caráter ilustrativo, já que ela exemplifica como os japoneses, a fim de vencer os desafios impostos pelas culturas – modo de plantar, de colher, enfrentamento de pragas –, forjaram técnicas e instrumentos de trabalho. A escada, sobre a qual se apoiam pai e filha foi a primeira solução encontrada para fazê-los alcançar os cachos no alto craveiro. Feita de pindaíba e podendo alcançar de sete a oito metros de alturas, sua importância parece ter sido tamanha, a ponto de outras imagens

terem sido produzidas tomando-a como elemento secundário, conforme notamos já lá na Figura 01, ou mesmo como protagonista, segundo a Figura 15:

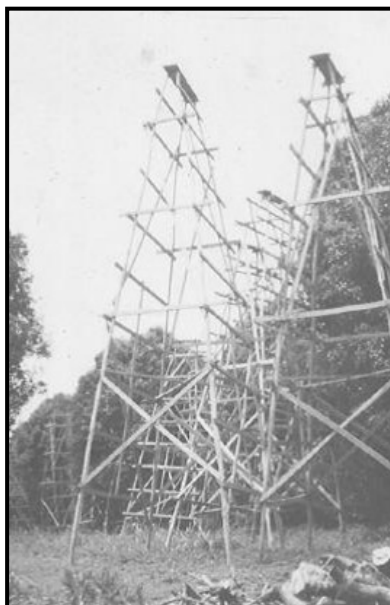


Figura 7: Escada utilizada para colheita do cravo-da-índia. s/d.
(Fotografia gentilmente cedida por Mitsue Yogo)

Os relatos sobre sobrevivência e trabalho são unânimes em enumerar as culturas que foram introduzidas pelos japoneses no Núcleo de Ituberá. Das hortaliças ao cravo-da-índia, da pimenta-do-reino ao cupuaçu, do rambotã ao mangustão, também há registros da aventura em lavouras como o dendê e a seringueira, já praticadas na região, antes de sua chegada. Nesse sentido, nota-se que no universo do trabalho, as trocas se fizeram presentes desde o início. Mais uma vez, lançamos mão da narrativa de Takao Kuratani:

Primeiro foi dendê, né? Meu pai primeiro plantou dendê. Fazia azeite no rodão puxado com jegue. Logo no começo não foi muito difícil não, porque num instante meu pai aprendeu. Cozinha o dendê, aí pilava no rodão, pra tirar daquele coco, e aí lavava no rio e aquele óleo ficava fluando. Depois pegava e

jogava num tacho que tinha, enorme, botava fogo e fervia, fervia, fervia, virava o azeite. Então botava nas latas de vinte litros. Mas deu uma doença que tinha, aqueles besourinhos pretos, no olho do dendezal. Rapaz, pra tu ver, veio gente até da França olhar esse dendezal do “velho” Torao. Era um monstro de pé de dendê, porque ele plantou onde plantava verdura, aí muito adubo o bicho ficou [*abre os braços para dimensionar o dendezeiro*]. Mas também morreu de uma vez. E ninguém mais plantou dendê naquela Colônia.²¹

De dendê à pimenta-do-reino, de pimenta-do-reino ao guaraná, os japoneses transitavam entre as tentativas de cultivar os produtos que lhe fossem mais rentáveis. E nesse trânsito, engendrava-se, como vimos, a afirmação de um grupo marcado pelo destemor e pelo pioneirismo. Contudo, as roças da Colônia de Ituberá configuravam-se também como campos de disputas. E foi na rememoração do *outro*, do nacional, que flagramos essa luta.

A narrativa de Rodolfo Nunes²², brasileiro vindo de fora da Bahia e que também chegou à Colônia em fins da década de 1950, traz uma memória marcada pelo patriarcalismo vigente no imaginário de seu grupo social, revelando, a efeito de seu enaltecimento, o processo de arroteamento da terra e conduzindo-nos a uma discussão, inclusive, sobre o papel das mulheres nesse processo. Ele lembra:

Cheguei aqui e recebi um lote de terra e a casa. Era o Incra que tava por aqui. Então, no início, não tinha muito apoio não. A gente teve de se virar. Era trabalho duro, mas a gente tava acostumado, sabe né? Sempre trabalhei na roça, de dia a noite. Daí a roça ficava mais lá pra baixo, ia cedo e o trabalho primeiro foi preparar aquilo tudo pra poder plantar. Já se tinha derrubado muita coisa, né? Mas tinha mata ainda, muito bicho, até onça. Então vamos derrubar, vamos limpar. Cada homem cuidava de fazer isso no seu lote. Foi trabalho duro.

²¹ Depoimento de Takao Kuratani. 23/08/2014.

²² Trata-se, aqui, de um pseudônimo, uma vez que o depoente não autorizou a citação de seu nome.

Agora quem veio mais tarde, já encontrou até trator. Era tudo mais fácil.²³

Nascido no nordeste brasileiro, Rodolfo, que se autodefine como “sertanejo” e que chegara ao Núcleo com vinte e sete anos de idade, impinge na sua lembrança a representação patriarcal que faz da divisão social do trabalho, povoando sua narrativa com a força do homem em favor da derrubada da mata e da limpeza do lote, e ocultando a força das mulheres nesse processo. Suas memórias, cujos silêncios aqui interrogamos, constroem-se sobre a condição de subalternidade dada à mulher pela ordem patriarcal instaurada no Brasil desde os tempos coloniais, uma vez que estas, ainda que presentes na lida da terra, têm suas experiências confinadas à vida doméstica e religiosa, sendo responsáveis pelos cuidados com a casa, pela criação dos filhos, pelo zelo com os familiares, em especial o marido e a prole. Fato é que, conforme aponta Eduardo Hoornaert (1979, p. 223):

Sem dúvida, uma das razões principais [para a construção do imaginário patriarcal] estava na própria concepção de vida religiosa feminina que perdurava na época. Esse conceito estava por sua vez intimamente ligado à própria concepção de vida da mulher. No conceito do antigo regime a mulher ocupava uma posição bastante inferior: como esposa era considerada propriedade do marido, e vivia inteiramente submissa a seu domínio. Devia viver dentro de casa, dedicada aos cuidados dos filhos e aos afazeres domésticos.

De qualquer modo, outras interrogações podem ser levantadas na narrativa de Seu Rodolfo, a despeito de, por exemplo, além de não aparecerem as mulheres, também não aparecerem os japoneses no “trabalho duro” a que se refere. No entanto, a fala de Teruko enfatiza o trabalho de abertura da mata, realizado por seu esposo, por ela e com a presença das crianças, contrastando com a perspectiva corrente nesses contextos, e revelada no depoimento de Seu Rodolfo, de atribuir ao homem o papel de desbravador. Na contramão do discurso patriarcal, Teruko registra:

²³ Depoimento de Rodolfo Nunes. 18/05/2013.



Rapaz, lugar ruim danado. Uma ladeira, a gente tinha que se segurar com uma mão e trabalhar com a outra. E a gente não conhecia trabalho na roça, porque meu marido era técnico em eletricidade e nunca tinha trabalhado na roça. E tinha que ir abrindo aquele mato, limpando né? Pra poder plantar. E tinha que levar os meninos pra roça. O maior tinha sete anos, já andava. Mas e o outro? Eu tinha que botar nas costas. Ele não podia andar ligeiro, né? Botava no ombro e ia. Aí como era que a gente ficava com esses meninos dentro do mato, caminhando, subindo em pau, descendo pra poder voltar pra cá? Eu chorei, quase morri naquele tempo.²⁴

Com efeito, a divisão do trabalho também na sociedade japonesa do século XX, obedecia a uma ordem simbólica, que designava papéis para os dois gêneros, tendo como objetivo a subordinação das mulheres à dominação masculina, seja sob influência do confucionismo, do budismo ou do feudalismo. Liza Dalby (2003, p. 32), antropóloga norte-americana, mostra que a sociedade japonesa era fundamentada no patriarcado:

Os homens japoneses estão acostumados a serem servidos pelas mulheres. Essa não é a única forma de interação homem/mulher no Japão, mas os japoneses do sexo masculino a acham perfeitamente natural. O estilo cultural da masculinidade no Japão tende a exigir a subserviência da mulher (ao menos pro forma) e muitas coisas contribuem para uma ideologia na qual os homens são a fonte da autoridade.

No entanto, a presença de Teruko na frente desbravadora aponta para a construção de novos comportamentos entre os japoneses – nesse caso matizados pela necessidade de sobrevivência do grupo familiar instalado em terras estranhas – sinalizadores de que a participação feminina no processo de colonização de áreas como o Núcleo de Ituberá, foi efetiva desde o início.

Embora as mulheres que vieram ao Núcleo estivessem, a princípio, acompanhando seus cônjuges ou pais, mesmo a contragosto,

²⁴ Depoimento de Teruko Nischiuchi. 15/04/2013.

conforme revela ainda a própria Teruko ao contar que sua vinda foi decidida pelo marido²⁵, devemos considerá-las como força de trabalho atuante e ligadas ao desempenho de importante papel dentro de uma rede complexa de relações sociais. Sua fala insere a experiência das mulheres nipônicas nos processos migratórios dentro da possibilidade de vislumbrá-las a partir das relações de gênero que lhes são intrínsecas.

Nessa perspectiva, as mulheres participavam ativamente, através de seu trabalho, da manutenção econômica de suas famílias na nova sociedade. Atuando na lavoura, acompanhando o esposo ou o pai nas feiras livres e cuidando da casa e das crianças, elas conseguiam articular várias atividades a fim de manter os demais membros da família na força de trabalho. Isso, todavia, não significava a experiência da emancipação, uma vez que dentro de uma lógica tradicional, a atuação dessas mulheres denotava uma estratégia de sobrevivência das famílias no contexto da imigração, resultando, portanto, das necessidades econômicas de grupos domésticos e não de um desejo pessoal feminino. Também porque a atuação delas na lavoura ou no comércio, não as isentava das lides domésticas, nem as punha numa situação de paridade com o poder paternal ou marital.

Assim, é no entrecruzamento das duas realidades, o trabalho na roça e no lar, que Teruko nos disponibiliza a lembrança de como o labor estendia-se de um espaço a outro, preenchendo de tarefas o dia e parte da noite:

E chegava em casa tinha que fazer comida, tudo né? Era trabalho, viu? Lavar os meninos, lavar roupa. Passava o dia na roça, chegava aqui já escuro. Naquele tempo, era trabalho que fazia medo. Japonês trabalhava, trabalhava, trabalhava. É isso.²⁶

O tempo da mulher imigrante era exaustivamente aproveitado pela luta diária entre as hortas, as plantações de cravo-da-índia ou de pimenta-do-reino, o espaço doméstico e o cuidado com os filhos e com o marido. Ao elencar em sua narrativa elementos como roça, crianças, casa, comida, trabalho, Teruko mostra-nos como ela, e decerto as demais mulheres que aqui chegaram acompanhando seus maridos ou

²⁵ Depoimento de Teruko Nischiuchi. 15/04/2013.

²⁶ Depoimento de Teruko Nischiuchi. 15/04/2013.

como filhas mais velhas, administrava uma complexa articulação do tempo. Evidente, do mesmo modo, é que seu processo de rememoração não se encontra desapegado de uma certa mitificação em torno da experiência do trabalho, que representou de fato um eixo fundamental e estruturante da sua vida e da vida de sua família. Ao contar que *japônês trabalhava, trabalhava, trabalhava*²⁷, Teruko lança mão do destaque ao seu grupo étnico, associando-o à ideia de trabalho árduo, intenso, prolongado, em contrapartida ao trabalhador nacional, que também habitava a Colônia.

Da mesma maneira que as mulheres estavam inseridas no trabalho com a lavoura, também estavam as crianças. Tanto a lembrança de Teruko, que chegava a carregar seu filho caçula amarrado às costas, como a imagem anterior (Figura 16), são testemunhas da presença infantil na lida diária. No caso da fotografia, ela retrata uma vivência da década de 1980, quando a família Kuratani já estava inserida, de algum modo, num processo de mecanização agrícola, vislumbrada na existência de um trator, em segundo plano. Não obstante, ela nos produz um quadro de uma prática forjada pouco tempo depois da instalação dos japoneses na Colônia. Revela-nos o processo de destalagem do cravo-da-índia, em que aparecem: de pé, Dona Conceição, que passou a fazer parte da família Kuratani através de um casamento interétnico com Yoshimassa; sentada, de costas, a segunda esposa de Torao; e as crianças, filhos de Dona Conceição e que, aqui, mais nos interessam.



Figura 8: Destalagem do cravo na roça da família Kuratani. 1984.

²⁷ Depoimento de Teruko Nischiuchi. 15/04/2013.

(Fotografia gentilmente cedida por Yoshimassa Kuratani)

Com idade entre sete e oito anos, Alex e Marcelo eram impelidos a trabalhar, desde cedo, do mesmo modo como os filhos de Teruko a acompanhavam na roça. É possível notarmos como eles estão familiarizados com o manejo do ancinho e com a tarefa de separação do cravo. Juntamente com as mulheres, essas crianças encarnavam papel fundamental na cadeia produtiva que sustentava a família imigrante, já que participavam ativamente de etapas importantes como essa registrada na fotografia em análise. Sua presença era, pois, indispensável ao aumento do número de braços na roça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trilhando, pois, os registros fotográficos e as memórias dos imigrantes, verificamos que em Ituberá, os japoneses transitaram entre as tentativas de cultivar os produtos que lhe fossem mais rentáveis, indo do cultivo inicial de verduras e hortaliças à cultura do dendê, do cravo-da-índia, da pimenta-do-reino, da seringueira, do guaraná. Adaptavam-se às demandas do mercado, à medida que se afirmavam como grupo caracterizado pelo destemor e pelo pioneirismo.

No contexto da busca pela sobrevivência e do trabalho árduo como via de prosperidade, as famílias se estruturam tomando como referência suas experiências de vida e a orientação dos engenheiros e técnicos agrícolas disponíveis. Passaram a sedimentar suas vivências entre os espaços da lavoura e da casa, entre uma rígida ética do trabalho na roça e das relações domésticas e um processo de reconfiguração identitária pautado sobre saberes e fazeres da cultura nipônica e sobre o desejo de prosperar nas terras da Bahia.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- BRAGA, Cláudio Roberto Vieira. *A diáspora na obra de Karen Tei Yamashita: Estado-nação, sujeito e espaços literários diaspóricos*. Tese de Doutorado em Literatura Comparada. UFMG, 2010.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. São Paulo: Edusc, 2004.
- DALBY, Liza. *Gueixa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1993.
- ELMIR, Cláudio Pereira. “Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica.” In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende et. al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LESSER, Jeffrey. *Uma Diáspora Descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica (1960-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- PATAI, Daphne. “Minority Status and the Stigma of ‘Surplus Visibility’”.

SAKATA, Hideharu; WAKISAKA, Katsunori. *Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

SCHAPOCHNIK, Nelson. “Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade”. In: NOVAIS, F. A. (Coord.) SEVCENKO, N. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil: da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol 3. São Paulo: 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. “O Termo Ausente: Experiência.” In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Recebido em 05/11/2019

Aprovado em 05/12/2019

